

junho de
2017

RADAR N° 3: Síntese da autoavaliação institucional pelos discentes: 2016.2



Relatório Institucional de Indicadores
Selecionados - RADAR n3, Ano IV
Pró-Reitoria de Planejamento
junho de 2017



Universidade Federal de Sergipe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

Prof. Dr. Ângelo Roberto Antonioli

Reitor

Prof^ª. Dr^ª. Iara Maria Campelo Lima

Vice-Reitora

Prof. Dr. Rosalvo Ferreira Santos

Pró-Reitor de Planejamento

Equipe técnica:

Andreza Cristina do Carmo Menezes

Anicleide Pereira da Silva

Divisão de Avaliação e Monitoramento Institucional - DIAVI

Eduardo Keidin Sera

Divisão de Avaliação e Monitoramento Institucional - DIAVI

Prof. Dr. Kleber Fernandes de Oliveira

Coordenação de Planejamento e Avaliação Acadêmica - COPAC

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL PELOS DISCENTES: 2016.2

INTRODUÇÃO

O Processo de Avaliação Institucional na UFS constitui um importante instrumento de diagnóstico, monitoramento e avaliação do desempenho acadêmico. A autoavaliação institucional é um dos componentes previstos pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, prevista no Art. 3 da Lei 10.861, de 14 de abril de 2004.

Na UFS, a autoavaliação é regulada pela Resolução N° 47/2013/CONEPE, de 4 de outubro de 2013, que estabelece três mecanismos de avaliação pelos discentes, quais sejam: Avaliação do desempenho docente (Anexo A), Avaliação de infraestrutura e componentes curriculares do curso (Anexo B) e Autoavaliação (Anexo C). A obrigatoriedade da realização da autoavaliação semestral pelos discentes está definida no Parágrafo 2º do Art. 36 da Resolução N° 61/2014/CONSU, de 11 de novembro de 2014.

Tal processo de avaliação é atualmente realizado on-line, via SIGAA. Isto garante maior rapidez, anonimato e comodidade no preenchimento, uma vez que o aluno pode realizar a avaliação no local e horário mais conveniente, sem que seja identificado. Todas as avaliações formam um grande banco de microdados passíveis de tratamento, análise de consistência e facilmente tabulados mediante uso de pacotes estatísticos específicos.

A autoavaliação do semestre acadêmico 2016.2 aqui brevemente analisada, teve como público respondente os alunos da graduação presencial dos campi de São Cristóvão, Aracaju, Laranjeiras e Itabaiana, com o período de coleta das informações compreendido entre 4 de maio e 9 de junho de 2017, resultando no banco de dados composto por 17.903 respondentes. Ressalte-se que os campi que seguem calendário acadêmico anual, como o de Lagarto e Sertão têm períodos diferenciados de coleta, por isso não foram considerados.

O processo de autoavaliação da UFS representa um enorme avanço técnico e utiliza as mais modernas ferramentas de gestão e análise de métodos quantitativos para apoiar as políticas acadêmico-institucionais. Os produtos como relatórios e sínteses valem também para apoiar as atividades da Comissão Permanente de Avaliação (CPA). Mas, toda essa qualidade seria inócua sem a participação da comunidade acadêmica e em particular dos alunos. A todos vocês, o nosso agradecimento.

A presente análise tem por objetivo divulgar para a comunidade acadêmica os dados e resultados agregados da autoavaliação discente do semestre acadêmico 2016.2. Cada chefe de departamento, por sua vez, tem acesso às avaliações concernentes a sua unidade. Assim, reforça-se a necessidade de que esses resultados sejam objeto de apreciação e discussão nos departamentos e núcleos docentes estruturantes (NDE), bem como fundamentem ações voltadas à melhoria dos indicadores de desempenho, sobretudo daqueles definidos no Plano de Desenvolvimento Institucional 2016-2020.

1 Avaliação do desempenho dos docentes pelos discentes

A avaliação do desempenho dos docentes deve servir como instrumento para que os docentes reflitam sobre a sua prática didático-pedagógica, reforçando os pontos positivos e aprimorando os eventuais pontos sensíveis; além de ser uma base de informações para análises do processo de autoavaliação realizada pela Comissão Própria de Avaliação (CPA). Outra finalidade da avaliação docente é a de compor os processos de progressão funcional ou de relatório de estágio probatório. Ressalta-se que o preenchimento das avaliações por parte dos alunos ocorre via sistema ao término de cada semestre, e permite além de rapidez, segurança e obtenção sistemática de informações.

Com vistas a obter avaliações mais isentas possível, foram computadas apenas as avaliações dos alunos que lograram êxito na disciplina ministrada pelo docente.

A nota final do docente varia de 0 (menor valor) a 20 (maior valor) e os alunos são instados a avaliar pontos como: apresentação do plano da disciplina, cumprimento do total da carga horária, assiduidade, domínio e segurança acerca do conteúdo, estímulo à participação em atividades e explicação sobre os erros cometidos pelos alunos nas avaliações.

O resultado final obtido pelos docentes da UFS no semestre 2016.2 foi **18,37, numa escala de 20 pontos**, indicando que o desempenho dos docentes foi bastante satisfatório, ainda que seja importante proceder análises de forma desagregada, ou seja, no âmbito do Centro e, sobretudo, seus Departamentos.

2 Autoavaliação discente

A autoavaliação realizada pelo aluno além de oferecer informações relacionadas ao desempenho acadêmico, possibilita à Instituição conhecer a percepção dos discentes sobre aspectos relativos à infraestrutura, projeto didático pedagógico e ao funcionamento dos cursos.

Avaliar os cursos da UFS é fundamental, mas a autoavaliação discente permite avançar para além dos indicadores, uma vez o aluno é a parte nuclear de todo o esforço institucional. Com base na coleção temporal de avaliações, pode-se monitorar os efeitos das iniciativas e ações, bem como avaliar os possíveis avanços e áreas de oportunidades.

O desempenho do aluno deve ser, conforme acentuado no PDI 2016-2020, o foco das ações institucionais. Necessário compreender que não existe um único fator determinante para o bom o desempenho do aluno e do curso, menos ainda quando o resultado obtido pelo acadêmico não é considerado satisfatório. Além dos fatores relacionados com as condições didático-pedagógica e de infraestrutura - estes de responsabilidade da Instituição - é preciso levar em conta características pessoais, deficiências da formação educacional básica, erros de escolha do curso, em perspectiva abrangente e multifacetada.

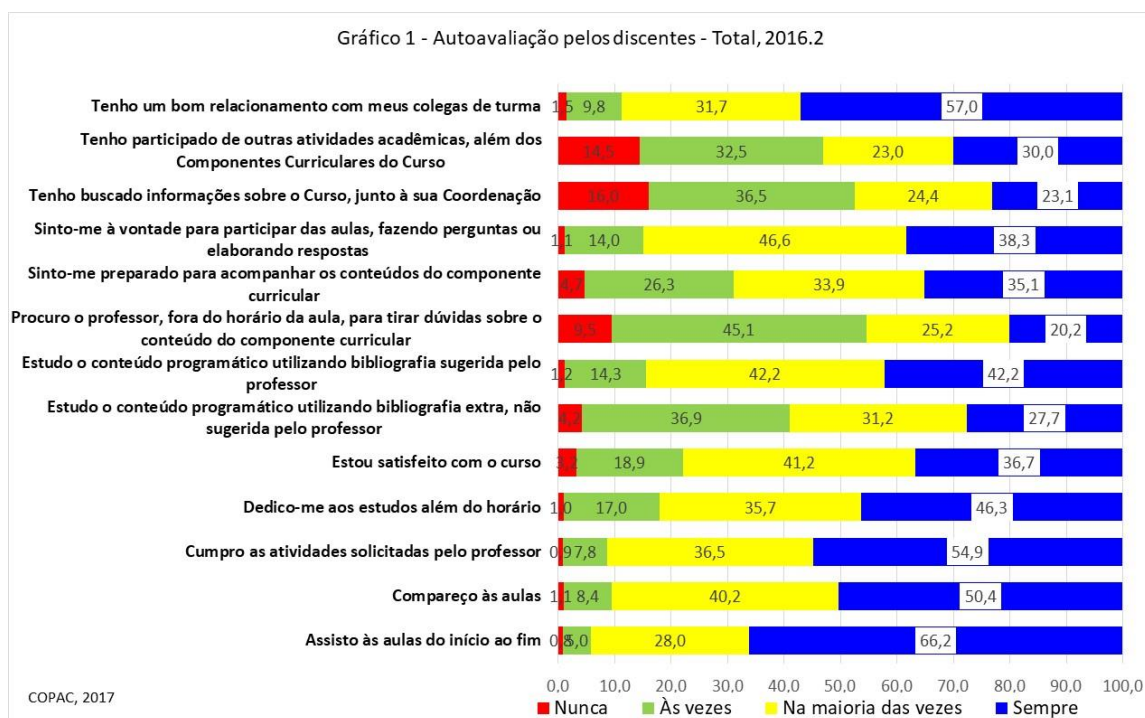
Os dados do gráfico 1 revelam “insights” relacionados com a postura dos alunos sobre sua capacidade cognitiva, comparecimento às aulas

Na questão “**sentir-se preparado para acompanhar o conteúdo**”, 33,2% afirmaram estar sempre preparados e outros 51,2%, na maioria das vezes. Os que afirmaram “às vezes” ou “nunca” representam 14,6% ou cerca de 2.913 alunos constituindo, portanto, público alvo para ações voltadas à superação das deficiências na formação educacional ou retenção e conseqüente redução da taxa de sucesso na graduação.

O comparecimento às aulas é um aspecto fundamental para o processo de ensino-aprendizagem. Assim, o “**comparecer sempre às aulas**” deveria ser mencionado pela totalidade dos alunos. No entanto, quase metade dos alunos, 47,5%, informam que faltam às aulas e, mais grave, 32,3% não assistem as aulas do início ao fim. Dito maneira direta: ou chegam atrasados ou saem antes do final da aula.

A assimilação do conteúdo ministrado em sala de aula é também resultado das atividades que o aluno realiza mediante solicitação do professor. O número de alunos que não respondem às atividades solicitadas pelo professor é significativo, em torno de 8% do total.

O número de alunos que não seguem a bibliografia sugerida pelo professor também é bastante considerável: mais de 15% não utilizam ou utilizam às vezes a bibliografia sugerida pelo professor”. Estudar é antes de tudo um procedimento de construção intelectual que exige muito mais tempo fora do que dentro da aula. Neste aspecto, chama a atenção o percentual de alunos que não estudam fora do horário de aula ou estudam apenas “as vezes” (18%).



A proatividade dos alunos é decisiva para melhor aproveitamento e sedimentação do conteúdo ministrado em sala de aula. O estímulo à análise crítica e a contribuição ao aprimoramento das técnicas tornam-se mais eficazes quando ocorre interação entre colegas, diálogo com docentes e dedicação extraclasse. Nesse sentido, a resposta dada à questão relativa à participação na aula, fazendo perguntas, foi mencionada como dos alunos responderam que não se sentem ou às vezes se sentem à vontade para fazer perguntas na aula.

Pouco mais de 45% dos alunos procuram com frequência o professor fora da sala de aula para tirar dúvidas ou aprofundar conhecimentos, considerando os que informaram “sempre” e “na maioria das vezes”, outros 54,6% o faz em situações específicas ou nunca buscou ajuda do professor fora da sala de aula. Daí a importância de o professor informar no plano de ensino o horário disponível para atendimento direto ou do monitor da disciplina.

Constata-se também baixa participação dos alunos em outras atividades acadêmicas além dos componentes curriculares. Isto reflete o grau de satisfação com o curso: a opção “sempre”, que se entende por plena satisfação, representa 36,7% das respostas. Tal nível de satisfação com o curso permite leva a refletir sobre o peso que tem a escolha do curso no desempenho do aluno.

As repostas espontâneas dos discentes ao processo de autoavaliação devem estimular ações que visem ampliar o grau de identificação com os respectivos cursos, de modo a valorizar o processo de ensino-aprendizagem como uma questão fundamental para sua inserção profissional. Por outro lado, há também como esforço da sociedade em prover com recursos públicos o ensino superior. O acompanhamento do processo de autoavaliação por parte dos departamentos, colegiados e núcleos estruturantes com base em diagnósticos e estatísticas registradas em cada semestre ou ciclo letivo, certamente permitirá a realização de estudos e respostas específicas para cada situação identificada. Os “insights” revelados pela autoavaliação discente no semestre 2016.2 evidenciam a clara da necessidade de aprofundamento da matéria.

3 Componentes curriculares

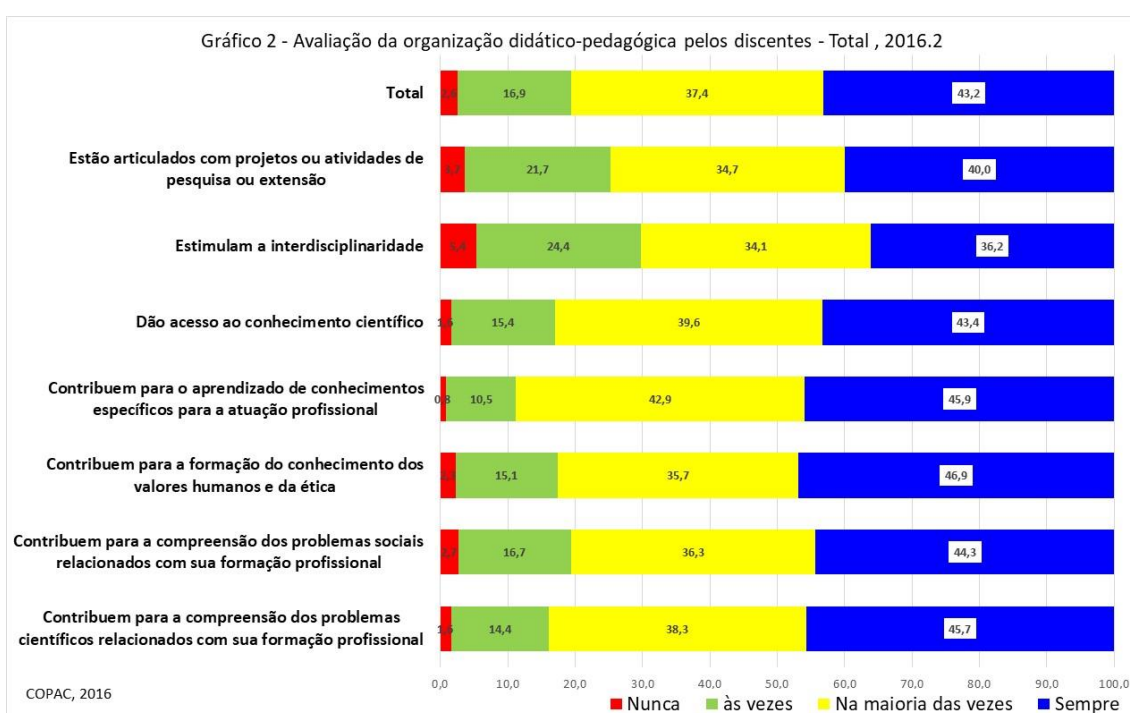
As componentes curriculares (disciplinas, módulos, blocos e atividades acadêmicas específicos) devem atender às orientações e normas estabelecidas pelo MEC e promover o conhecimento científico e profissional, considerando o potencial de inserção profissional e a abordagem de temas de relevância social.

Reconhece-se o esforço empregado pelos Departamentos e Cursos através de comissões específicas como NDE (Núcleo Docente Estruturante) na revisão e aprimoramento projetos pedagógicos de cursos, componentes curriculares e conteúdos programáticos.

Com base na percepção dos alunos (gráfico 2), a avaliação discente acerca das componentes curriculares pode ser interpretada como razoável, embora deva ser melhorada: cerca de 46,9% e 45,9% dos alunos afirmaram que as componentes “sempre”

contribuem para o aprendizado, para a formação dos valores humanos, para a compreensão dos problemas sociais; 43,4% afirmaram que tais conteúdos sempre dão acesso ao conhecimento científico atualizado; para 40% estão vinculados com a pesquisa e extensão e para 36,2% estimulam a interdisciplinaridade.

Evidentemente, há a necessidade de aprofundar a reflexão sobre as práticas docentes e identificar com análises desagregadas por departamentos as áreas que necessitem de maior atenção e apoio pedagógico-institucional. Destaque-se, por exemplo, que os piores desempenhos na dimensão organização didático-pedagógica estão relacionados com a articulação entre ensino, pesquisa e extensão com o estímulo à interdisciplinaridade. Com relação à articulação ensino, pesquisa e extensão, 23,4% responderam “às vezes” ou “nunca”. Quanto à interdisciplinaridade, percentual de alunos que informaram “às vezes” ou “nunca” é de quase 30%.



O percentual de alunos que não reconhecem a importância dos conteúdos adquiridos como acesso ao conhecimento científico e para a formação de conhecimentos específicos é preocupante. Nestas questões, 17% e 11,3% dos alunos informaram “nunca” ou “às vezes”, respectivamente. Embora a formulação da questão possa gerar alguma falha de interpretação, é preciso levar em conta que pouco mais de 40% consideraram “sempre”. Certamente, a baixa percepção acerca da contribuição dos conteúdos para a formação geral e específica interfere na valorização do curso por parte do aluno. Esta é uma questão importante a ser considerada em termos do impacto quanto ao desempenho do aluno e do curso no ENADE (Exame Nacional de Estudantes).

Em questões relacionadas à formação ética e humana, resolução de problemas da sociedade e contribuição ao desenvolvimento científico e profissional, a percepção dos alunos também precisa ser relativizada por conta de viés interpretativo. Contudo, espera-se sempre que os conteúdos propostos nos projetos didáticos pedagógicos estejam amplamente respondendo a expectativas dos alunos quanto às variáveis (questões) que compõem o processo de autoavaliação nacional. Em média, entre 15% e 19% dos alunos consideraram “às vezes” ou “nunca” nas questões relativas à contribuição dos conteúdos referentes à conduta ética, envolvimento nos problemas da sociedade e na relação desenvolvimento da ciência e sua formação profissional.

4 Infraestrutura

As questões relacionadas com a infraestrutura precisam ser identificadas a partir das características de cada curso, considerando também a interdependência entre infraestrutura, projeto didático pedagógico e desempenho discente. Apesar de se ressaltar a necessidade de refinamento das questões, sobretudo em relação a transporte e a possibilidade de haver equívoco na resposta por desconhecimento devido ao estágio do aluno (estar nos semestres iniciais) e não ter ainda contato com práticas laboratoriais, o desempenho das variáveis desta dimensão (gráfico 3) confirma os resultados do relatório da Comissão Própria de Avaliação - CPA.

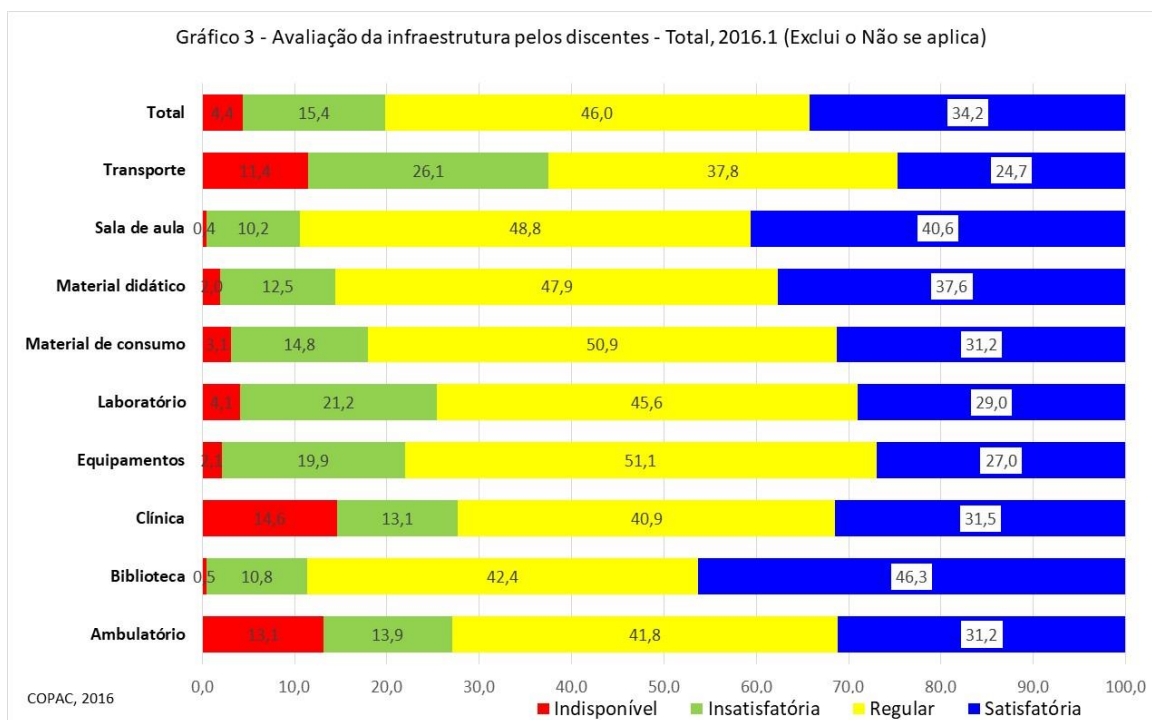
A alta insatisfação com relação ao transporte pode indicar equívoco quanto à competência do tipo de transporte. Apenas o transporte previsto nas atividades de campo é de responsabilidade da UFS. De todo modo, há que se levar em conta o elevado número de alunos insatisfeitos, mais 37,5% responderam “às vezes” ou “nunca” para a disponibilidade de transporte.

O grau de satisfação com o os ambientes de sala de aula e com a disponibilidade de material didático tem melhorado progressivamente: 40,6% dos alunos afirmam ser satisfatória a condição da sala de aula e 37,6% o afirmam quanto ao material didático. Comparando com a avaliação de 2016.1 (Radar nº 1 de 2017), os percentuais são 39,3% e 28,6%, respectivamente. Ao que parece, os investimentos realizados na climatização e substituição de cadeiras com avarias (via de regra, provocadas pelos próprios usuários), vão sendo percebidos lentamente pela comunidade.

A disponibilidade de material de consumo é uma questão importante para o funcionamento dos cursos com atividades laboratoriais, notadamente nas ciências da saúde, da terra e natureza e nas ciências tecnológicas, embora também esteja presente em na área das ciências humanas e sociais aplicadas. Dimensionar o tipo de material de consumo e as necessidades devem estar presentes no plano de ação de cada departamento em consonância com os projetos didáticos pedagógicos dos cursos. Assim, planejar é a palavra de ordem para se evitar a falta de material de consumo durante o semestre letivo.

Quanto aos laboratórios e equipamentos a insatisfação persiste: Um quinto dos alunos consideraram insatisfatória a infraestrutura de laboratórios e a disponibilidade de equipamentos. Neste aspecto é fundamental proceder a desagregação dos dados por Centro/Campus para avaliar se as respostas apresentam algum viés por conta do estágio do aluno e, se, de fato, essa é uma questão observada em todos os cursos.

A avaliação dos alunos a respeito estruturas das clínicas, bibliotecas e ambulatórios evidencia a necessidade de se adequar as questões de modo a evitar que haja confusão entre o acervo bibliográfico e a estrutura física em si da biblioteca, por exemplo. Além desse aspecto, a insatisfação registrada por um grande número de alunos pode indicar a ocorrência de uma situação crítica ocasional ou a inexistência de clínicas e ambulatórios em razão da proposta didático pedagógica. Chama atenção o fato de apenas 31% e 29% dos alunos, respectivamente, considerarem “satisfatória” as condições das clínicas e ambulatórios.



Considerações finais

O processo de autoavaliação institucional realizada pelos discentes representa um importante instrumento auxiliar na gestão acadêmica. No plano administrativo, imprime rapidez, segurança e anonimato à coleta de informações que compõem os processos de progressão e de estágio probatório. Em termos pedagógicos, permite avaliar o reconhecimento das diversas instâncias acadêmicas acerca das questões inerentes ao processo de ensino-aprendizagem, com vistas à tomada de decisão quanto as ações necessárias para superar deficiências ou carências relativas ao desempenho discente, condições didático-pedagógicas e de infraestrutura dos cursos, cuja interdependência é inquestionável. Daí a importância de estratégias de corte transversais que possam abarcar essas três dimensões.

Sugere-se, enfim, a discussão dos resultados aqui sumariados pelas instâncias acadêmicas envolvidas diretamente com a governança dos cursos, notadamente departamentos, colegiados de cursos, núcleos docentes estruturantes, coordenação de cursos dos Centros e pró-reitorias acadêmicas, tendo por referencial o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2016-2020.

O acesso às informações específicas do curso pode ser feito pelo Chefe do Departamento no ambiente do SIGAA, conforme descrito abaixo:

- a) Para acessar as avaliações docentes pelos discentes:

SIGAA -> Portal Docente -> Chefia -> Relatórios -> Resultado da Avaliação Docente

- b) Para acessar as avaliações da infraestrutura pelos discentes:

SIGAA -> Portal Docente -> Chefia -> Relatórios -> Resultado das Avaliações das Dimensões da Avaliação Institucional... Escolher a dimensão.